



FEDERAL UNIVERSITY
OF CEARÁ

CONTEXTUS

REVISTA CONTEMPORÂNEA DE ECONOMIA E GESTÃO

Contextus – Contemporary Journal of Economics and Management

ISSN 1678-2089
ISSNe 2178-9258

www.periodicos.ufc.br/contextus

Tipologias de coprodução do bem público: Uma proposta de escala

Typologies of co-production of public services: A scale proposal

Tipologías de coproducción de bienes públicos: Una propuesta de escala

<https://doi.org/10.19094/contextus.2023.82156>

Antônio Gouveia Júnior

<https://orcid.org/0000-0002-2922-2809>

Analista no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Doutor em Administração pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

agouveiajunior@gmail.com

Joacil Carlos Viana Bezerra

<https://orcid.org/0000-0002-7320-0148>

Doutorando em Administração na Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Mestre em Administração pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

joacilcarlosviana@gmail.com

Carlos Eduardo Cavalcante

<https://orcid.org/0000-0003-1861-0459>

Professor na Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Doutor em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

cavalcanteeduardo@gmail.com

RESUMO

O objetivo deste trabalho foi criar uma escala de tipologias de coprodução do bem público. Para isso, percorreram-se os passos para construção de escalas propostos por Costa (2011). A fase exploratória do estudo se deu por meio de uma revisão integrativa da literatura e da geração de itens; enquanto a fase descritiva detalha os procedimentos para construção e validação da escala. A escala é composta por 5 fatores (preliminar, inicial, básico, intermediário e avançado) e 19 itens gerados a partir de 301 respostas válidas. A pesquisa apresenta suas contribuições ao entregar uma escala capaz de mensurar as diversas formas do cidadão enxergar a coprodução e com potencial de contribuição para os estudos futuros.

Palavras-chave: coprodução do bem público, tipologias, cidadão, escala, Estado.

ABSTRACT

The objective of this work was to create a scale of typologies of co-production of public services. For this, the steps for building scales proposed by Costa (2011) were followed. The exploratory phase took place in the form of an integrative literature review and item generation. Meanwhile, the descriptive phase details the procedures for constructing and validating the scale. The scale consists of 5 factors (preliminary, initial, basic, intermediate and advanced) and 19 items generated from 301 valid responses. The research presents its contributions by delivering a scale that is both capable of measuring the different ways citizens see co-production and has the potential to contribute to future studies.

Keywords: co-production of public services, typologies, citizen, scale, State.

RESUMEN

El objetivo de este trabajo fue crear una escala de tipologías de coproducción de bienes públicos. Para ello se siguieron los pasos de construcción de escalas propuestos por Costa (2011). La fase exploratoria se llevó a cabo mediante una revisión integrativa de la literatura y la generación de ítems. Mientras que la fase descriptiva detalla los procedimientos para la construcción y validación de la escala. La escala consta de 5 factores (preliminar, inicial, básico, intermedio y avanzado) y 19 ítems generados a partir de 301 respuestas válidas. La investigación presenta sus contribuciones al entregar una escala capaz de medir las diferentes formas en que los ciudadanos ven la coproducción y con el potencial de contribuir a futuros estudios.

Palabras clave: coproducción del bien público, tipologías, ciudadano, escala, Estado.

Informações sobre o Artigo

Submetido em 07/11/2022

Versão final em 10/01/2023

Aceito em 12/01/2023

Publicado online em 09/05/2023

Comitê Científico Interinstitucional

Editor-Chefe: Diego de Queiroz Machado

Avaliado pelo sistema *double blind review*

(SEER/OJS – versão 3)



Como citar este artigo:

Gouveia, A., Júnior, Bezerra, J. C. V., & Cavalcante, C. E. (2023). Tipologias de coprodução do bem público: Uma proposta de escala. *Contextus – Revista Contemporânea de Economia e Gestão*, 21, e82156. <https://doi.org/10.19094/contextus.2023.82156>

1 INTRODUÇÃO

A coprodução contribui com a administração pública ao criar um elo entre a participação do cidadão e a produção dos serviços públicos. Essa ligação tem função duplamente transformadora, tanto para os cidadãos, quanto para a qualidade dos serviços por eles prestados (Salm & Menegasso, 2010). Brandsen e Pestoff (2006) observaram que ocorre uma troca de componentes do sistema entre os atores envolvidos no processo de produção.

Tomando por base que esse processo de produção enseja novas formas de gestão, baseadas numa maior articulação do Estado com a sociedade, trazendo oportunidades e desafios aos gestores, estudar e debater essa troca entre os atores envolvidos é crucial. Alguns autores (Verschuere et al., 2012; Pestoff, 2012; Vanleene et al., 2015) reconhecem a necessidade da participação ativa dos cidadãos na prestação de boa parte dos serviços. Nesse sentido, a criação de uma escala de tipologias de coprodução pode ser útil aos gestores, de forma a melhorar a eficiência da prestação dos serviços. Logo, o estudo foi motivado pela seguinte pergunta de pesquisa: como medir o tipo de coprodução, conforme o grau de envolvimento dos cidadãos?

Esse questionamento se deve em razão da observância empírica do fenômeno da coprodução, cada vez mais frequente na sociedade, munidos dos elementos essenciais destacados por Schommer et al. (2011), como a estratégia de produção de bens e serviços públicos em redes e parcerias, o engajamento mútuo de governos e cidadãos, seja individualmente ou em torno de organizações. Assim, o artigo tem por objetivo criar uma escala de tipologias de coprodução, seguindo a metodologia proposta por Costa (2011). Por tipologia, consideram-se as classificações, modelos e tipos de coprodução existentes na literatura. Sua escolha se deve a existência de estudos anteriores que propuseram diversas tipologias.

O trabalho de Salm e Menegasso (2010), referente a um modelo conceitual para a coprodução do bem público a partir das tipologias de participação, serviu de referência para construção da escala, bem como para o apontamento da questão de pesquisa. Ademais, buscou-se preencher uma lacuna do conhecimento, a partir de um estudo quantitativo (Verschuere et al., 2012; Pestoff, 2012; Chaebo & Medeiros, 2017; Nabatch et al., 2017) sobre os tipos de coprodução, avançando para além dos modelos conceituais. Dessa forma, ao construir um instrumento de mensuração de tipologia composto por 19 itens divididos em cinco dimensões, entregou-se uma escala com grande potencial de contribuição para os estudos em coprodução.

Trata-se da construção de uma escala inédita que predominantemente se vale de pesquisas qualitativas e estudos de caso. Com isso, viabiliza-se a comparação de diferentes casos e experiências de coprodução em áreas distintas. Além disso, espera-se fornecer subsídios aos

gestores para elaboração e implementação de políticas públicas a serem desenvolvidas em parceria com a sociedade. Apesar de existir no contexto brasileiro um estudo versando sobre escala de coprodução (Bezerra et al., 2022), este diferencia-se do de Bezerra et al. (2022) uma vez que os autores apontam os aspectos que motivam o cidadão a participar na coprodução do bem público, por meio das Organizações da Sociedade Civil (OSC) e aqui aponta-se o tipo (nível) de coprodução baseada no envolvimento do cidadão. Ou seja, eles apontam o porquê e nós apontamos o como acontece a participação cidadã.

Diante dos argumentos apresentados sobre coprodução e do potencial a ser explorado, enquanto estratégia de gestão, esta pesquisa contribui com um instrumento testado e validado empiricamente. Dessa forma, busca-se fornecer subsídios para que os gestores conheçam as tipologias de coprodução destinadas a solucionar problemas sociais diversos, por meio do envolvimento da população. Espera-se que na sequência, estudos de natureza qualitativa possam abordar aspectos históricos, econômicos, políticos, sociais e culturais ajudando na explicação dos processos adotados durante a elaboração dos itens da escala proposta neste trabalho. Bem como estudos quantitativos ou mistos possam valer-se da escala para estudar grupos ou contextos específicos.

A pesquisa apresenta suas contribuições, teóricas e práticas, ao entregar uma escala capaz de mensurar as diversas formas do cidadão enxergar a coprodução e com potencial de contribuição para os estudos futuros. No campo teórico a escala pode auxiliar pesquisadores em estudos quantitativos, qualitativos ou mistos no avanço do campo da coprodução. No aspecto prático, a escala pode ser útil a gestores públicos e/ou sociais que buscam uma gestão pautada pelo tipo de coprodução a ser implantado. Portanto, ao adotar um modelo de tipologia, torna-se possível a comparabilidade de diferentes casos e experiências de coprodução, além de contribuir para melhorias na avaliação, transparência e comunicação. Ressalte-se que a escala de tipologias poderá ser utilizada de forma isolada ou combinada com a escala de motivação desenvolvida por Bezerra et al. (2022) na elaboração de estudos futuros.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Coprodução do bem público

Coprodução é um conceito amplo que pode assumir diferentes significados e definições em diferentes contextos (Brandsen & Pestoff, 2006; Verschuere et al., 2012). Aqui, focou-se na definição que aborda o papel dos cidadãos e seus relacionamentos com o Estado na prestação de serviços públicos (Bovaird, 2007; Brandsen & Pestoff, 2006). A discussão sobre coprodução tem sua relevância teórica verificada no crescente número de pesquisas sobre o tema nas últimas décadas (Bezerra et al., 2022; Osborne et al., 2016; Pestoff, 2012; Vanleene et al., 2015). Por isso,

Verschuere et al. (2012) consideram importante a compreensão teórica da coprodução sob vários aspectos. Por sua vez, Chaebo e Medeiros (2017) constataram a ausência da articulação de conceitos de coprodução na literatura.

O termo coprodução é associado a diferentes fases do ciclo de políticas públicas. Segundo Pestoff et al. (2013),

pode-se observá-la servindo de “guarda-chuva” para vários tipos de participação, com a atuação dos cidadãos ou de OSC e, desde a formulação até a entrega de serviços públicos. Por isso, a Tabela 1 apresentou uma linha do tempo referente ao conceito de coprodução adaptado dos textos originais, evidenciando sua evolução histórica.

Tabela 1

Conceitos adaptados de coprodução do bem público

Autor(es)	Conceito
Parks et al. (1981)	A coprodução decorre dos esforços dos produtores regulares (profissionais) e consumidores (usuários).
Brudney e England (1983)	É a combinação de atividades em que profissionais e cidadãos contribuem para a provisão dos serviços públicos. Dependendo dos esforços e benefícios pretendidos pelos usuários, a coprodução pode ocorrer em três níveis: individual, grupal e coletiva.
Ostrom (1996)	Processo no qual os recursos utilizados para a produção de um bem ou serviço tem contribuição de indivíduos externos à organização. Implica que esses indivíduos desempenhem um papel ativo na produção de bens e serviços públicos. Os esforços de profissionais e usuários se complementam, essa interdependência é necessária para caracterizar a coprodução.
Alford (1998)	É o envolvimento de cidadãos, clientes, consumidores, voluntários e/ou organizações comunitárias na produção de serviços públicos, que consomem ou obtêm outros benefícios. É papel do governo estimular os usuários a se engajarem nas ações de coprodução.
Bovaird (2007)	É a prestação de serviços públicos por meio de relações regulares de longo prazo, entre profissionais e usuários de serviços ou outros membros da comunidade, na qual as partes fazem contribuições substanciais de recursos.
Salm e Menegasso (2010)	Estratégia para a produção dos serviços públicos por meio do compartilhamento de responsabilidades e poder entre agentes públicos, privados e cidadãos.
Schommer et al. (2011)	Estratégia de produção de bens e serviços públicos em redes e parcerias, contando com o engajamento mútuo de governos e cidadãos, individualmente ou em torno de organizações associativas ou econômicas.
Pestoff (2012)	Sinergia entre cidadãos e governos, implicando parceria entre usuários e financiadores, ou clientes e fornecedores profissionais de serviços públicos. Produção entre pares em prol de um resultado compartilhado.
Verschuere et al. (2012)	Envolvimento do cidadão e de grupos na entrega de serviços públicos. Estes não são mais entregues somente por profissionais ou agências públicas, mas coproduzidos por usuários e comunidades.
Salm (2014)	É uma estratégia que permite a produção de bens e serviços públicos por meio do compartilhamento de poder e responsabilidades entre agentes públicos, agentes privados e cidadãos. Ocorre sinergia entre as partes na realização dos serviços públicos. O cidadão pode participar por meio de redes e parcerias ou outros arranjos societários.
Osborne et al. (2016)	É o envolvimento dos usuários nas fases de <i>design</i> , gerenciamento, entrega e/ou avaliação dos serviços públicos.

Fonte: Adaptado de Schommer e Tavares (2017) e Chaebo e Medeiros (2017).

O Estado reconhece a complexidade dos problemas públicos contemporâneos e admite que sua resolução envolve múltiplas expertises (Schommer et al, 2011). A coprodução inovou a gestão pública (Dos-Reis & Isidro-Filho, 2019), abordando questões relacionadas à sociedade de modo geral, por meio da promoção da participação e, por conseguinte, da cidadania.

A proposta é que os serviços não sejam mais, simplesmente, entregues por profissionais ou agentes públicos, e sim, coproduzidos por usuários, cidadãos e OSC (Age & Schommer, 2017). No entanto, vale ressaltar que a estratégia da coprodução não se aplica a todos os tipos de serviços públicos, bem como não é a panaceia para todos os problemas sociais.

Pode-se concluir que o conceito de coprodução é amplo e complexo. Segundo Lotta (2017), é tratado de diferentes formas, conforme o objetivo de quem o elabora. E ainda, sofre interferência política, variando quanto à

forma e grau de intensidade. Por vezes, apresenta um viés econômico-financeiro, em outras ocasiões, sofre uma carga mais social. Há correntes na literatura que a enxergam apenas na implementação dos serviços, enquanto outras ampliam o entendimento a todas as fases do ciclo de políticas públicas. Assim, são pontos que carecem de maior discussão, de modo a criar um arcabouço teórico mais consistente sobre o tema. A mesma amplitude e complexidade pode ser observada quando se discute as tipologias de coprodução, conforme observado a seguir.

2.2 Tipologias de coprodução

Reconhecer a variedade de conceitos e tipologias é fundamental para uma maior coerência e consistência sobre o tema. Assim, ao adotar um modelo de tipologia, de acordo com Nabatchi et al. (2017), torna-se possível a comparabilidade de diferentes casos e experiências de

coprodução, além de contribuir para melhorias na avaliação, transparência e comunicação.

Segundo Lotta (2017), as classificações de coprodução existentes na literatura decorrem da amplitude do seu conceito na busca por uma melhor compreensão empírica e teórica. Similarmente, Schommer e Tavares (2017) constataram que diversos autores propõem modelos e tipos de coprodução.

O trabalho de Whitaker (1980) apresentou uma tipologia para coprodução do bem público, que é considerada um clássico no assunto. Foi um dos primeiros estudos sobre o tema, trazendo três diferentes formas de atuação do cidadão na coprodução, assim classificadas: por solicitação; assistência na provisão dos serviços; e ajuste mútuo entre o cidadão beneficiário dos serviços e o órgão público provedor.

Adicionalmente, Brudney e England (1983) também propuseram uma relevante tipologia para coprodução de bem público, classificada em individual, de grupo e coletiva. A publicação serviu de ponto de partida para outros pesquisadores, que adotaram a tipologia apresentada para proposição de novos modelos ou até mesmo sua reformulação e expansão (Nabatchi et al., 2017).

Em adendo, Salm e Menegasso (2010) propuseram modelos de coprodução dos serviços públicos baseados em tipologias de participação. Para isso, usaram como referência três trabalhos sobre participação cidadã, quais sejam: Arnstein (1969), Pretty (1995) e White (1996), bem como os estudos sobre coprodução do serviço público. Assim, relacionaram as duas coisas e formularam um modelo conceitual de coprodução de serviços públicos.

Não obstante, Brandsen e Honingh (2016) se propuseram a distinguir diferentes tipos de coprodução, a partir de uma análise conceitual das definições clássicas sobre o assunto. Segundo os autores, identificar as diversas tipologias é fundamental para tornar a pesquisa em coprodução mais comparável. A classificação leva em consideração a natureza do serviço (principal ou complementar) e o grau de participação do cidadão (implementação ou desenho e implementação). Diante da variedade e complexidade dos modelos de coprodução, verificou-se que não há um modelo ou tipologia única para coprodução.

Nesse sentido, merece destaque o trabalho nacional de Salm e Menegasso (2010), que consideraram a participação e o envolvimento dos cidadãos em diferentes graus para propor um modelo conceitual de coprodução. No entanto, ao propor um modelo conceitual de coprodução de serviços públicos baseado em trabalhos de participação cidadã, Salm e Menegasso (2010) expõem uma fragilidade relevante. Participação e coprodução são conceitos diferentes. Sabe-se que toda coprodução é uma forma de participação, porém nem toda participação se configura em

coprodução. O conceito de participação cidadã é mais amplo.

Ainda assim, Salm e Menegasso (2010) reconhecem as limitações e deixam a cargo dos interessados na temática o aprimoramento do modelo. Vislumbra-se uma lacuna do conhecimento que pode ser explorada, a fim de aprofundar os estudos dos tipos de coprodução no Brasil. Nesse sentido, esta pesquisa avançou em relação àquela ao propor um modelo fundamentado em tipologias de coprodução.

2.3 Modelo conceitual de tipologias de coprodução do bem público

A pesquisa se iniciou com uma fase qualitativa, por meio de uma Revisão Sistemática da Literatura (RSL) (Gouveia et al., 2023). Dessa forma, o desenvolvimento de um novo instrumento de mensuração levou em consideração as classificações, modelos e tipos de coprodução existentes na literatura. Isso foi fundamental na construção do modelo conceitual de tipologias de coprodução.

Após a análise dos trabalhos constantes na RSL, optou-se pela criação de um modelo próprio de tipologia de coprodução, pois não foi localizado um modelo adequado na literatura com potencial para mensurar esse construto, conforme Gouveia Junior et al. (2023). A elaboração do modelo é fundamental para o alcance do objetivo proposto neste artigo, pois evidencia as dimensões da tipologia, nas quais os itens serão agrupados para o posterior desenvolvimento da escala de tipologias de coprodução. Vale destacar que o modelo conceitual precede a construção da escala. É ele que dá o respaldo teórico para o instrumento final, onde os itens estarão agrupados.

A proposta de uma nova tipologia levou em consideração o grau de envolvimento do indivíduo nas atividades de coprodução, que, inspirado na escada de Arnstein (1969) e no modelo conceitual de Salm e Menegasso (2010), é uma variável possivelmente mensurável, viabilizando o desenvolvimento de uma escala. A ideia de contar com o envolvimento dos cidadãos em diferentes graus é um desafio e uma inovação para a administração pública, ao passo que contempla o entendimento de coprodução sob o “guarda-chuva” da participação social.

Assim, pensou-se numa gradação em quatro níveis (Tabela 2), que varia à medida que os cidadãos desempenham um papel cada vez mais ativo na implementação dos serviços públicos em parceria com o Estado. Logo, o modelo proposto reconhece a coprodução como estratégia de gestão integradora e democrática, percebendo os cidadãos como elementos indispensáveis para o sucesso das políticas públicas.

Tabela 2

Modelo de tipologia de coprodução do bem público

Tipo	Descrição
Inicial	É o primeiro passo rumo ao compartilhamento de responsabilidades entre Estado e sociedade. A estratégia é envolver os cidadãos na execução de serviços públicos, porém o fluxo de informações é unidirecional (somente de cima para baixo), sem canais de negociação ou <i>feedback</i> . Segundo Alford (1998) e Pestoff (2006), o cidadão é consultado para fornecer informações ou para obtenção da sua tolerância ou anuência em relação a projetos ou outras possíveis ações do Estado. O envolvimento das pessoas consiste em consultas ou respostas a perguntas formuladas pelos agentes externos, que definem os problemas e os processos de coleta de informações e, assim, controlam a análise. Esse processo consultivo pode ensinar a conscientização do cidadão, mas não oferece qualquer possibilidade na tomada de decisão e os agentes estatais não têm a obrigação de levar em conta as opiniões das pessoas. Caracteriza-se por reuniões de vizinhança, questionários, assembleias e audiências, por exemplo.
Básica	A coprodução básica avança em relação à inicial no sentido do cidadão exercer certa influência na tomada de decisão dos agentes públicos. Sai de um nível superficial de coprodução para uma concessão limitada de poder, a qual permite aos cidadãos aconselhar os agentes estatais, mas retém na mão destes o direito de tomar a decisão final. De acordo com Etgar (2008), as pessoas podem se envolver, por meio de grupos selecionados, para atender a objetivos predeterminados, relacionados a projetos específicos. Esse envolvimento pode ser interativo e envolver a tomada de decisão compartilhada, mas tende a surgir apenas depois que as principais decisões já foram tomadas, conforme os interesses do Estado. Os cidadãos podem aconselhar, mas as autoridades ainda detêm o direito de decidir. Funciona como uma forma de acalmar os ânimos da população, destinando cotas ou reservas de vagas a determinados grupos.
Intermediária	A coprodução ocorre para entregar serviços públicos de maneira mais eficiente e eficaz. Para Brandsen e Pestoff (2006), a eficiência é o principal estímulo para coprodução, pois os custos dos serviços tendem a diminuir com o ingresso do cidadão na sua execução. Há negociação entre Estado e cidadãos, sendo o poder redistribuído e compartilhado. Logo, as regras não são modificadas unilateralmente. As decisões são divididas e o cidadão é visto como um parceiro do Estado. Tal parceria também ocorre por meio de incentivos funcionais e materiais, o cidadão recebe ou oferece recursos para execução dos serviços públicos. A participação cidadã é vista como um direito, não apenas um meio para atingir os objetivos do projeto.
Avançada	Esse é o nível ideal de coprodução, o tipo a ser alcançado, capaz de atender aos interesses da comunidade. Esse tipo de coprodução exerce maior ou menor poder sobre o Estado, dependendo das circunstâncias e da maturidade política e democrática da sociedade. Não se trata de controle absoluto pelos cidadãos, mas o suficiente para garantir a gestão completa de um programa, assumir responsabilidades e negociar a participação do Estado. A interação que ocorre entre cidadãos de uma mesma comunidade gera uma forma de poder que está além do poder do Estado. A comunidade tem a possibilidade objetiva de vir a exercer poder sobre o Estado. Os cidadãos desenvolvem contatos com instituições externas para obter os recursos e aconselhamento técnico de que precisam, mas mantêm o controle sobre o uso dos recursos. Esse tipo contempla os ideais de empoderamento do cidadão, transparência das ações estatais e pode restabelecer a confiança do povo no Estado.

Fonte: Elaboração própria.

Este modelo evidencia quatro categorias e a existência de limiares entre cada uma delas, que nem sempre correspondem às complexidades dos processos de coprodução. Na realidade, pode haver outras tipologias com características mais ou menos "puras", cuja distinção entre elas não seja tão clara e "pura" conforme apresentado aqui. Isso chama atenção para uma questão pouco abordada na literatura (Brudney & England, 1983; Strokosch, 2013; Brandsen & Honingh, 2016) que de fato existe uma gradação no envolvimento dos cidadãos nas atividades de coprodução do bem público.

Em decorrência disso, é importante mencionar que conhecer as tipologias pode ser útil aos gestores, pois permitem a identificação das diferentes formas de coprodução e seleção daquela que melhor se alinha aos objetivos propostos pela administração pública, funcionando como uma estratégia de gestão, atendendo à demanda da população por mais espaço na gestão, considerando a iniciativa do Estado para o emprego da coprodução.

Espera-se que os tipos de coprodução de serviços públicos possam variar em função da natureza dos serviços, o que gera um tipo adequado de coprodução

conforme o grau de engajamento do cidadão. Portanto, este modelo pretende dar mais um passo na direção de levar para o debate uma proposta de modelo de coprodução, resultado do interesse e esforço de pesquisadores desta temática.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa tem como objetivo criar uma escala de tipologias de coprodução do bem público. Primeiramente, realizou-se uma RSL (Gouveia Junior et al., 2023). A RSL analisou 105 trabalhos, no período de outubro a novembro/2019, tendo como critério de inclusão estudos publicados na forma de artigo científico; trabalhos disponíveis na íntegra; propostas inovadoras de tipologias; estudos considerados clássicos na área. Foram utilizadas as seguintes bases de dados: Web of Science, Scopus, Scientific Electronic Library Online - SciELO, Scientific Periodicals Electronic Library - Spell e Portal de periódicos da Capes.

A etapa seguinte foi a construção da escala de tipologias de coprodução do bem público. Na ocasião, foram observados os dez passos para construção de

escalas propostos por Costa (2011). O modelo de construção de escalas, representado na Figura 1, foi desenvolvido com base em princípios e fundamentos teóricos sobre o tema e se alinha com a chamada teoria

clássica da mensuração. Dessa forma, o instrumento foi elaborado seguindo o passo a passo apresentado na Figura 1.

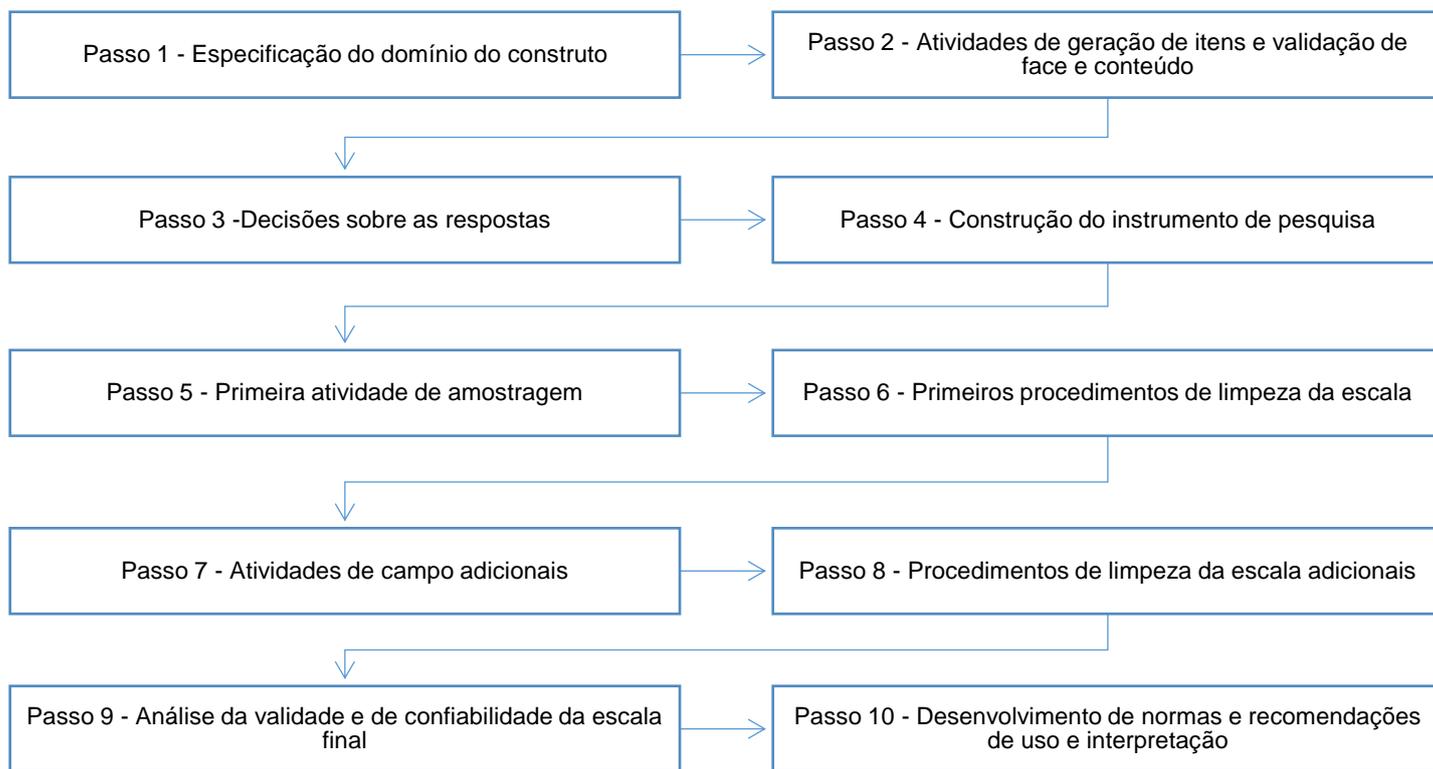


Figura 1. Passos para o desenvolvimento de escalas

Fonte: Costa (2011).

O trabalho de campo e aplicação do instrumento de pesquisa ocorreu integralmente de maneira virtual, principalmente em razão do isolamento social ocasionado pela pandemia do coronavírus. A pesquisa foi aplicada a cidadãos escolhidos aleatoriamente, que puderam colaborar respondendo ao questionário. Este foi elaborado com o auxílio da plataforma *Google Forms* e compartilhado por meio de aplicativo de mensagens instantâneas *WhatsApp*.

Vale destacar os cuidados éticos para realização deste artigo. Durante a pesquisa, os autores buscaram sempre adotar uma postura imparcial e neutra diante das decisões inerentes ao processo investigativo. O posicionamento ético garante validade e confiabilidade aos resultados, aspectos fundamentais em trabalhos científicos, principalmente quanto ao uso de dados coletados por meio de questionários respondidos anonimamente.

4 CONSTRUÇÃO DA ESCALA E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Após a fase qualitativa, iniciou-se o processo de geração dos itens que foram utilizados para mensurar o construto. Com base na RSL, decorrente do passo 1, realizou-se a prospecção de itens e validação de face e conteúdo. Essa fase contou com a colaboração de 14

especialistas, entre mestres, doutores e profissionais das áreas de gestão pública, estatística e administração, todos com experiência na criação de instrumentos de mensuração.

No passo 2, Costa (2010) explica que quanto mais abstrato for o construto, maior será o número de itens a ser gerado. Isso se deve à preocupação de definir itens para cada uma das facetas do construto e não correr o risco de deixar de cobrir adequadamente todas essas facetas. Como o construto aqui proposto apresenta dimensões, a geração de itens foi sistematizada pelas dimensões definidas para o construto. A geração de itens considerou avaliação da literatura, procedimentos qualitativos-exploratórios e consulta a especialistas. Costa (2010) ainda recomenda gerar tantos itens quanto possíveis, observada a aderência à definição do construto e de suas dimensões.

Para isso, foi encaminhado, via e-mail, o instrumento preliminar para análise dos especialistas. Estes receberam a relação dos itens divididos por dimensão, contendo a respectiva descrição do que se pretende medir com aqueles indicadores agrupados em fatores. A avaliação consistia em verificar a clareza, pertinência e representatividade do item, bem como sua adequação ao construto tipologia. Assim, o instrumento de validação de face e conteúdo apresentava uma gradação (1 - muito ruim a 5 - muito bom).

Posteriormente, as observações feitas pelos especialistas foram levadas à reunião com os membros de um grupo de pesquisas acadêmicas, a fim de proceder à análise das mesmas e adequação dos itens para realização

da primeira coleta. Com isso, chegou-se a uma proposta com 28 itens divididos em quatro dimensões: inicial, básica, intermediária e avançada, conforme a Tabela 3.

Tabela 3

Instrumento de mensuração após validação de face e conteúdo

CÓDIGO	ITENS DIMENSÃO INICIAL
IN-1	Acredito que ao responder pesquisas de opinião do Estado, contribuo para a execução dos serviços públicos
IN-2	Considero que o comparecimento a assembleias públicas seja o suficiente para colaborar com a implementação dos serviços públicos
IN-3	Entendo que coopero com a execução dos serviços públicos, ao concordar com as decisões das autoridades competentes
IN-4	Na condição de cidadão, sinto que faço parte da implementação de políticas públicas quando aceito as propostas das autoridades competentes
IN-5	Creio que minha presença, por si só, em consultas populares favorece a execução dos serviços prestados pelo Estado
IN-6	Acredito que assistindo às assembleias públicas da minha cidade, colaboro com a gestão municipal
IN-7	Penso que as sugestões apresentadas em assembleias públicas serão consideradas na execução dos serviços
IN-8	Creio que as ideias, apresentadas em espaços públicos, são consideradas para resolução dos problemas da cidade
CÓDIGO	ITENS DIMENSÃO BÁSICA
BS-1	Acredito que os Conselhos Municipais têm o papel de discutir sobre as ações do Estado
BS-2	Creio que a atuação dos Conselhos Municipais favorece a execução dos serviços públicos
BS-3	Entendo que a atuação dos Conselhos Municipais coopera com a gestão municipal
BS-4	Acho que os Conselhos Municipais devem acompanhar a execução das políticas públicas
BS-5	Acredito que os Conselhos Municipais influenciam a tomada de decisão dos gestores na execução dos serviços públicos
BS-6	Creio que os Conselhos Municipais influenciam os serviços públicos
BS-7	Na minha opinião, os Conselhos Municipais servem para incentivar a participação social
CÓDIGO	ITENS DIMENSÃO INTERMEDIÁRIA
IT-1	Acredito que a educação pública se torna mais eficiente quando pais e professores atuam juntos
IT-2	Na minha opinião, colaboro com a melhoria dos serviços públicos, quando sigo as recomendações do Estado
IT-3	Creio que colaboro para uma saúde pública mais eficiente, impedindo a proliferação de doenças no meu bairro
IT-4	Acho que contribuo para diminuir os engarrafamentos na cidade quando envio informações de trânsito para os órgãos competentes
IT-5	Percebo que colaboro com o serviço de limpeza pública quando coloco meu lixo em local apropriado
IT-6	Percebo que posso atuar como parceiro do Estado na implementação de serviços públicos mais eficientes
IT-7	Acredito que a execução de serviços públicos se torna mais eficiente quando o cidadão negocia junto com o Estado
CÓDIGO	ITENS DIMENSÃO AVANÇADA
AV-1	Acredito que devo atuar junto à comunidade na busca de soluções para os problemas decorrentes de calamidades públicas
AV-2	Na minha opinião, o empoderamento da comunidade viabiliza a implementação de serviços públicos locais, tendo o Estado apenas como colaborador
AV-3	Acho que é possível reduzir as desigualdades sociais por meio de projetos implementados pela própria comunidade
AV-4	Entendo que posso fazer a diferença quando atuo nos projetos da própria comunidade
AV-5	Creio que a comunidade é capaz de executar seu próprio plano de segurança com a ajuda das autoridades policiais
AV-6	Na minha opinião, posso contribuir com a comunidade na promoção da igualdade social, com a ajuda do Estado

Fonte: Elaboração própria.

O instrumento de coleta desta pesquisa utilizou a escala de verificação do tipo *Likert* de 10 pontos. Nesse caso, trata-se de uma gradação de 1 a 10, na qual o respondente deve ter em mente que 1 indica discordância total e 10 concordância total. Segundo Costa (2011), a medida de itens por mais de sete pontos aumenta a confiabilidade da escala. Por isso, optou-se pelo uso da escala de 10 pontos, além de apresentar o maior distanciamento entre os dois extremos, facilitando o entendimento de quem for responder.

Inicialmente, o instrumento foi aplicado a qualquer cidadão com uma finalidade exploratória, de modo a conhecer o campo e realizar os devidos ajustes, posteriormente, configurando uma amostra não probabilística. A primeira coleta foi realizada entre os dias 18 e 29 de novembro de 2020 e alcançou 295 respostas válidas. Esse quantitativo atende à recomendação de Costa

(2011), no que se refere à quantidade de respostas serem pelo menos dez vezes maior do que a quantidade de itens do instrumento de mensuração.

Em seguida, foram realizados os procedimentos de limpeza da escala. Isso consiste basicamente em analisar os resultados da primeira coleta, por meio das técnicas de análise de correlação, análise fatorial exploratória e análise de confiabilidade. Ao final, espera-se aperfeiçoar o instrumento com a exclusão dos itens que não se ajustaram às dimensões propostas ou ainda decidir pela permanência de determinado item com a modificação da sua redação, a fim de testá-lo na segunda coleta de dados.

Primeiramente, constatou-se a validade das 295 respostas com o auxílio do *Microsoft Excel*. Na sequência, verificou-se, por meio do software IBM SPSS 21 (*Statistical Package for Social Sciences*), que os valores encontrados

inicialmente estavam dentro dos limites aceitáveis pela literatura.

Observou-se ainda os valores discrepantes (aqueles acima do limite superior ou abaixo do limite inferior), chamados de *outliers*. Os casos apontados para cada item foram excluídos e substituídos pela média, quando da análise fatorial. Esses limites são apontados pelo SPSS 21, por meio gráficos box-plot (diagrama de caixas) como valores discrepantes (*outliers*), que segundo Kline (2004), precisam ser avaliados antes da realização da análise.

Uma das possibilidades recomendadas pela literatura é sua exclusão. Constatou-se que cada item apresentava um número diferente de *outliers*. Assim, para que todos os itens tivessem o mesmo número de respondentes, foi realizada a substituição dos excluídos pela média, que é um método de estimação amplamente

usado. Em razão de cada item ter apresentado poucos casos de *outliers*, a substituição pela média não causou grandes distorções, de acordo com o tamanho da amostra, nem enviesou as análises posteriores.

Com isso, o banco de dados estava pronto para realização da análise fatorial exploratória (AFE). Assim, a análise dos dados da primeira coleta foi realizada com todos os itens agrupados ao mesmo tempo.

Definidos esses parâmetros, foi verificada a adequação da amostra, por meio do teste de KMO (0,868). Na sequência, foi extraído o *alpha de Cronbach* (0,913) como forma de verificar a confiabilidade do questionário aplicado na pesquisa. Dessa forma, os resultados apresentados pelo SPSS foram confrontados com os critérios de exclusão de itens adotados nesta pesquisa, conforme Tabela 4.

Tabela 4

Critérios para exclusão de itens

INDICADOR	REFERÊNCIA
Correlação	Menor que 0,3 e maior que 0,9
Medida KMO	Menor que 0,7
Comunalidade	Menor que 0,5
Carga fatorial	Menor que 0,4
Variância	Menor que 50%
Alpha de Cronbach	Menor que 0,7

Fonte: Costa (2011).

De acordo com os limites de referência do quadro anterior, verificou-se a necessidade de exclusão de alguns itens, de modo a melhorar o instrumento para a segunda coleta de dados. Foram excluídos sete itens no total (IT-4, AV-2, IN-1, BS-6, AV-5, BS-4 e IT-2). Vale destacar que após a exclusão de cada item, na ordem apresentada anteriormente, foi feito um novo processamento dos dados no SPSS com itens restantes. Assim, o modelo evidenciou uma variância total explicada de 61,857% para cinco dimensões.

Verificou-se ainda que as comunalidades, cargas fatoriais, KMO (0,852) e *alpha de Cronbach* (0,893) apresentaram valores aceitáveis, conforme os parâmetros fixados nesta pesquisa. Dessa forma, chegou-se a um instrumento mais enxuto, teoricamente com capacidade para mensurar as tipologias de coprodução do bem público. No entanto, Costa (2011) afirma que após a realização de novas atividades de campo, faz-se necessária uma nova limpeza, a fim de aprimorar a escala.

Como dito anteriormente, a AFE sugeriu um modelo mais consistente e adequado com cinco dimensões. O fator referente ao tipo inicial de coprodução foi dividido em dois, sendo criada a dimensão preliminar, que precede à inicial. O novo fator corresponde ao primeiro estágio na gradação das tipologias de coprodução do bem público. Nesse nível, o envolvimento do cidadão com a execução dos serviços

públicos é praticamente simbólico, pois não há efetividade, ficando restrito ao acompanhamento e anuência das ações, sem poder de intervenção.

Assim, os itens IN-2, IN-3, IN-4 e IN-5 ficaram agrupados no fator preliminar e os itens IN-6, IN-7 e IN-8 continuaram na dimensão inicial. Por sua vez, os itens IT-6 e IT-7 se agruparam com os itens do tipo avançado de coprodução. Isso poderia acontecer, por se tratar de um instrumento que busca medir uma gradação do envolvimento do cidadão em atividades de coprodução. Como os dois itens estavam na transição entre os fatores intermediário e avançado, ocorreu que as cargas fatoriais foram mais altas na última dimensão, sendo renomeados como AV-7 e AV-8, respectivamente.

Em adição, foram criados itens nos fatores preliminar, inicial e intermediário, de modo a haver igualdade na quantidade de itens entre as dimensões do instrumento para segunda coleta. Dessa forma, os itens IN-2, IN-3, IN-4 e IN-5 foram renomeados como PR-1, PR-2, PR-3 e PR-4, respectivamente, e receberam o novo item PR-5, referentes à dimensão preliminar. A dimensão inicial teve o acréscimo dos itens IN-9 e IN-10, enquanto a dimensão intermediária ganhou os itens IT-8 e IT-9. Feitos esses ajustes, chegou-se ao instrumento que foi aplicado na segunda coleta, representado na Tabela 5.

Tabela 5

Instrumento de mensuração para segunda coleta de dados

CÓDIGO	ITENS DIMENSÃO PRELIMINAR
PR-1	Considero que o comparecimento a assembleias públicas seja o suficiente para colaborar com a implementação dos serviços públicos
PR-2	Entendo que coopero com a execução dos serviços públicos, ao concordar com as decisões das autoridades competentes
PR-3	Na condição de cidadão, sinto que faço parte da implementação de políticas públicas quando aceito as propostas das autoridades competentes
PR-4	Considero que minha presença em consultas populares contribui para execução dos serviços públicos
PR-5	Acho que contribuo com a execução dos serviços públicos quando apoio as decisões das autoridades competentes
CÓDIGO	ITENS DIMENSÃO INICIAL
IN-6	Acredito que as propostas apresentadas em sessões públicas colaboram para execução dos serviços
IN-7	Penso que as sugestões apresentadas em assembleias públicas serão consideradas na execução dos serviços
IN-8	Creio que as ideias apresentadas em espaços públicos são consideradas para resolução dos problemas da cidade
IN-9	Acho que as observações extraídas de debates públicos ajudam a melhorar a qualidade dos serviços
IN-10	Entendo que as recomendações oriundas de audiências públicas colaboram para execução dos serviços
CÓDIGO	ITENS DIMENSÃO BÁSICA
BS-1	Acredito que os Conselhos Municipais têm o papel de discutir sobre as ações do Estado
BS-2	Creio que a atuação dos Conselhos Municipais favorece a execução dos serviços públicos
BS-3	Entendo que os Conselhos Municipais colaboram com a gestão municipal
BS-5	Acho que os Conselhos Municipais influenciam a decisão dos gestores na execução dos serviços públicos
BS-7	Na minha opinião, os Conselhos Municipais servem para incentivar o engajamento social
CÓDIGO	ITENS DIMENSÃO INTERMEDIÁRIA
IT-1	Acredito que a educação pública se torna mais eficiente quando pais e professores atuam juntos
IT-3	Acho que colaboro com a eficiência da saúde pública praticando ações de combate à proliferação de doenças
IT-5	Percebo que colaboro com o serviço de limpeza pública quando coloco meu lixo em local apropriado
IT-8	Acredito na melhoria da eficiência da segurança pública quando as autoridades policiais atuam em conjunto com os cidadãos
IT-9	Na minha opinião, as políticas de meio ambiente apresentam melhores resultados quando executadas por cidadãos e agentes públicos
CÓDIGO	ITENS DIMENSÃO AVANÇADA
AV-7	Acho que o Estado pode atuar como parceiro da comunidade na implementação de serviços públicos mais eficientes
AV-8	Acredito que a execução de serviços públicos se torna mais eficiente quando a comunidade negocia junto com o Estado
AV-1	Acredito que devo atuar junto à comunidade na busca de soluções para os problemas decorrentes de calamidades públicas
AV-3	Acho que é possível reduzir as desigualdades sociais por meio de projetos implementados pela própria comunidade
AV-4	Entendo que posso fazer a diferença quando atuo nos projetos da própria comunidade
AV-6	Na minha opinião, posso contribuir com a comunidade na promoção da igualdade social, com a ajuda do Estado

Fonte: Elaboração própria.

Com isso, o instrumento final possui 26 itens divididos em cinco dimensões. Assim como o primeiro questionário, este também foi formulado no *Google Forms*, sendo aplicado no período de 04 a 21 de janeiro de 2021, por meio do aplicativo de mensagens *Whatsapp*, destinado ao público em geral.

Na ocasião, foram obtidas 301 respostas válidas, satisfazendo a recomendação de Costa (2011), no que se refere à quantidade de respostas serem pelo menos dez vezes o número de itens do questionário. Diante disso, realizou-se a análise dos dados da segunda coleta, que contempla os mesmos procedimentos executados após a primeira coleta, finalizando com a análise fatorial confirmatória.

Primeiramente, constatou-se que os resultados apresentados se encontram nos limites de referência desta pesquisa. Em seguida, os *outliers* foram excluídos e substituídos pela média para realização da análise fatorial. Assim, realizadas as etapas exploratórias, pode-se realizar a análise fatorial confirmatória (AFC).

A análise dos dados da segunda coleta foi realizada com todos os itens agrupados no *software* IBM SPSS. Verificou-se a adequação da amostra, por meio do teste de KMO (0,912), bem como foi extraído o *alpha de Cronbach*

(0,911), conferindo confiabilidade ao questionário aplicado na pesquisa.

Na sequência, compararam-se os resultados apresentados pelo SPSS com os critérios de exclusão de itens adotados nesta pesquisa, expostos anteriormente. De antemão, verificou-se a necessidade de exclusão de alguns itens. Foram excluídos sete itens, que foram retirados na seguinte ordem: PR-1, AV-1, AV-8, BS-7, IT-8, IT-9 e BS-1, de modo que a cada exclusão foi feito um novo processamento dos dados no SPSS com os itens restantes.

Assim, após sete exclusões, o modelo evidenciou uma variância total explicada de 73,753% para cinco dimensões. Após os devidos procedimentos de análise e limpeza da escala, constatou-se que as comunalidades, cargas fatoriais, KMO (0,918) e *alpha de Cronbach* (0,910) apresentaram valores aceitáveis, à exceção da comunalidade observada no item PR-4, que precisou ser arredondado para maior (0,500), de modo a se adequar aos limites de referência estabelecidos nesta pesquisa.

Com isso, chegou-se à solução final padronizada da AFC, definidas pelas relações causais. O passo seguinte, segundo Costa (2011), é realizar a análise de validade e de confiabilidade da escala final. Trata-se de uma fase importante na criação e desenvolvimento de escalas, tendo

em vista que será revelado se o instrumento é válido e confiável.

Dessa forma, procederam-se às checagens das validades convergente e discriminante do modelo de mensuração usando o critério proposto por Steenkamp e Van Trijp (1991), que abordam que a validade convergente de um construto pode ser verificada por meio do exame das cargas fatoriais dos indicadores na variável latente. O construto apresenta validade convergente quando as cargas fatoriais são fortes ($> 0,50$) e significativas (valor de $C.R > t_{crítico,\alpha}$).

Verificou-se a ocorrência de validade convergente para as dimensões “intermediária”, “inicial”, “avançada”, “básica” e “preliminar”, pois todas as variáveis indicadoras apresentaram cargas fatoriais significativas e fortes, segundo as definições de Hair, Black, Babin, Anderson & Tatham (2009). A confiabilidade composta é confirmada

com valores superiores a 0,70; por sua vez, a variância extraída se confirma para valores superiores a 0,50.

Dessa forma, constatou-se que os cinco fatores são confiáveis, tendo em vista que os respectivos indicadores de confiabilidade composta apresentaram valores superiores a 0,70. Em adição, observou-se para cada dimensão uma variância extraída superior a 0,50, isso significa a validade convergente para os fatores propostos nesta pesquisa foi satisfeita sem necessidade de ajustes.

Na sequência, tratou-se da validade discriminante da escala, que verifica a diferença de um fator em relação aos demais. Para isso, usou-se o critério sugerido por Fornell e Larcker (1981), que consiste na comparação da variância extraída do fator com a variância compartilhada (o quadrado da correlação múltipla, R^2) dos demais fatores. A validade discriminante fica configurada se variância extraída do construto (diagonal na Tabela 6) for superior à compartilhada.

Tabela 6

Comparação entre a variância compartilhada e a variância extraída do modelo de mensuração dos construtos INT, INIC, AVA, BAS e PRE

Fatores	INT	INI	AVA	BAS	PRE
Fator 1 - Intermediária	0,557				
Fator 2 - Inicial	0,220	0,573			
Fator 3 - Avançada	0,468	0,246	0,671		
Fator 4 - Básica	0,247	0,530	0,200	0,719	
Fator 5 - Preliminar	0,039	0,194	0,146	0,175	0,796

Fonte: Elaboração própria.

Pode-se observar que todas as variâncias extraídas são superiores às variâncias compartilhadas entre as dimensões. Dessa forma, considera-se que os fatores possuem validade discriminante. Assim, pode-se conferir validade (convergente e discriminante) e confiabilidade à escala final.

Em seguida, os indicadores obtidos foram comparados aos limites de referência recomendados pela literatura, especificamente no que se refere ao ajuste de modelos, conforme ilustrado na Tabela 7.

Tabela 7

Indicadores de ajuste da MEE para validação do questionário de tipologias de coprodução do bem público

Indicador de ajuste	Crítérios para bom ajuste do modelo (Marôco e Kline)	Modelo final Tipologias
Ajuste absoluto:		
Função de discrepância: χ^2 (valor p)	-	279,180 (0,000*)
Qui-quadrado normado (χ^2/gf)	valor entre 1 e 5	279,180/139=2,008
GFI (índice de qualidade de ajuste)	acima de 0,90	0,902
AGFI (índice de qualidade ajustado)	acima de 0,90	0,866 (periférico)
RMSEA (raiz média quadrática dos erros de aproximação)	entre (0,00; 0,10] p($H_0: rmsea \geq 0,05$)	0,058 p-valor = 0,090
Ajuste relativo:		
TLI (índice de Tukey-Lewis)	acima de 0,90	0,666
CFI (índice de ajuste comparativo)	acima de 0,90	0,729
Ajuste parcimonioso:		
PGFI (parcimônia do GFI)	entre: (0,60; 0,80]	0,660

Fonte: Elaboração própria.

No geral, os índices apresentaram valores dentro do estabelecido para a pesquisa, conforme a Tabela 6. A exceção ficou por conta dos indicadores de ajuste relativo -

TLI (0.666) e CFI (0.729) – que evidenciaram valores aproximados àqueles sugeridos pela literatura.

Porém, isso não prejudicou a aceitação do modelo final, pois, segundo Marôco (2010), os limites de referência

dos índices de ajuste são orientações gerais, não se configurando necessariamente como regras finais. Em adição, Hu e Bentler (1998) destacaram que aspectos como adequação e interpretação das estimativas dos parâmetros e complexidade do modelo podem ser decisivos na decisão da validade de um modelo.

Assim, levando em consideração todas essas questões, os resultados são considerados aceitáveis. Logo,

decidiu-se pela aceitação do modelo. Isso indica que os itens analisados formam uma escala ajustada para a mensuração da tipologia de coprodução do bem público.

Realizados os ajustes necessários, chegou-se a um instrumento confiável com 19 itens, divididos entre os fatores: “preliminar”, “inicial”, “básico”, “intermediário” e “avançado”, conforme apresentado na Tabela 8.

Tabela 8

Instrumento final de tipologias de coprodução

CÓDIGO	ITENS DIMENSÃO PRELIMINAR
PR-2	Entendo que coopero com a execução dos serviços públicos, ao concordar com as decisões das autoridades competentes
PR-3	Na condição de cidadão, sinto que faço parte da implementação de políticas públicas quando aceito as propostas das autoridades competentes
PR-5	Acho que contribuo com a execução dos serviços públicos quando apoio as decisões das autoridades competentes
CÓDIGO	ITENS DIMENSÃO INICIAL
PR-4	Considero que minha presença em consultas populares contribui para execução dos serviços públicos
IN-6	Acredito que as propostas apresentadas em sessões públicas colaboram para execução dos serviços
IN-7	Penso que as sugestões apresentadas em assembleias públicas serão consideradas na execução dos serviços
IN-8	Creio que as ideias apresentadas em espaços públicos são consideradas para resolução dos problemas da cidade
IN-9	Acho que as observações extraídas de debates públicos ajudam a melhorar a qualidade dos serviços
IN-10	Entendo que as recomendações oriundas de audiências públicas colaboram para execução dos serviços
CÓDIGO	ITENS DIMENSÃO BÁSICA
BS-2	Creio que a atuação dos Conselhos Municipais favorece a execução dos serviços públicos
BS-3	Entendo que os Conselhos Municipais colaboram com a gestão municipal
BS-5	Acho que os Conselhos Municipais influenciam a decisão dos gestores na execução dos serviços públicos
CÓDIGO	ITENS DIMENSÃO INTERMEDIÁRIA
IT-1	Acredito que a educação pública se torna mais eficiente quando pais e professores atuam juntos
IT-3	Acho que colaboro com a eficiência da saúde pública praticando ações de combate à proliferação de doenças
IT-5	Percebo que colaboro com o serviço de limpeza pública quando coloco meu lixo em local apropriado
AV-7	Acho que o Estado pode atuar como parceiro da comunidade na implementação de serviços públicos mais eficientes
CÓDIGO	ITENS DIMENSÃO AVANÇADA
AV-3	Acho que é possível reduzir as desigualdades sociais por meio de projetos implementados pela própria comunidade
AV-4	Entendo que posso fazer a diferença quando atuo nos projetos da própria comunidade
AV-6	Na minha opinião, posso contribuir com a comunidade na promoção da igualdade social, com a ajuda do Estado

Fonte: Elaboração própria.

O fator “preliminar” busca medir ações que caracterizam o primeiro nível de envolvimento do cidadão com a execução dos serviços públicos. É algo simbólico, sem tanta efetividade e poder de intervenção. Os cidadãos chegam a ser informados e consultados sobre a execução de determinada política pública, podendo até haver uma conciliação de interesses, mas sem participação da comunidade no processo de tomada de decisão.

Por sua vez, o “inicial”, idealizado por Alford (1998) e Pestoff (2006), tenta mensurar o grau de consulta ao cidadão quanto ao fornecimento de informações, manifestação de tolerância ou anuência em relação a possíveis ações do Estado na execução de serviços públicos. Diferentemente da dimensão “preliminar”, aqui o cidadão pode começar a se conscientizar sobre seu papel na sociedade, enquanto agente transformador, por meio do engajamento em atividades de coprodução em parceria com o Estado.

Em continuidade, o “básico”, imaginado por Etgar (2008), se propõe a medir o quanto os cidadãos, por meio dos conselhos, podem exercer certa influência na tomada de decisão dos agentes públicos, mas essa permanece nas mãos dos agentes estatais. A tipologia básica avança em relação à dimensão anterior ao garantir cotas ou vagas aos

cidadãos em grupos específicos da sociedade. Percebe-se certa valorização e estímulo ao envolvimento dos cidadãos na execução de serviços públicos.

Já o fator “intermediário”, defendido por Brandsen e Pestoff (2006), verifica o compartilhamento de poder entre Estado e cidadãos, de modo a entregar serviços públicos mais eficientes e eficazes. Aqui as decisões são divididas e, segundo Alford (2002) o cidadão é visto como parceiro do Estado, recebendo e oferecendo recursos para execução de serviços públicos.

Por fim, o “avançado” tenta mensurar o grau de empoderamento do cidadão, a fim de atender aos interesses da comunidade. Conforme as ideias de Cooper & Kathi (2005), pretende-se o envolvimento de toda a comunidade, a fim de manter a sociedade mobilizada. Os cidadãos podem desenvolver contatos com instituições externas para obtenção de recursos e aconselhamento técnico de que precisam, mas mantêm o controle sobre o uso dos recursos.

Dessa maneira, concluiu-se a construção da escala de tipologias de coprodução com a entrega de um instrumento de mensuração consistente, o que pode ser visto como avanço nas ferramentas de análise e verificação sobre a temática aqui estudada. A mensuração tem sua

importância no contexto da produção do conhecimento, servindo para fins profissionais e acadêmicos, ela visa esclarecer o fenômeno observado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste artigo foi alcançado, que era criar uma escala de tipologias de coprodução do bem público. O processo de criação da escala foi complexo e seguiu os passos sugeridos por Costa (2011). Partiu-se de um modelo teórico com 28 itens divididos em quatro dimensões e findou-se num instrumento composto por 19 itens divididos em cinco dimensões. Trata-se de uma escala inédita com grande potencial de contribuição para os estudos em coprodução, que predominantemente se vale de pesquisas qualitativas e estudos de caso.

O instrumento final encontra-se testado e validado empiricamente. Os gestores interessados em adotar a coprodução com estratégia de gestão podem aplicar esse instrumento a um grupo de cidadãos e obter como resultado o tipo de coprodução adequado para aquela comunidade. Assim, poderá elaborar uma política pública mais precisa, no que se refere ao engajamento dos cidadãos na execução dos serviços propostos. Isso pode trazer benefícios, além da questão econômica, mas principalmente na promoção da cidadania.

Além das contribuições empíricas, esta pesquisa também trouxe implicações teóricas ao preencher as lacunas apontadas na literatura, que relaciona dois ou mais dos “conceitos” apresentados, dentre os quais as tipologias (níveis e formas). Assim, esta pesquisa poderá ser útil em estudos futuros sobre coprodução do bem público.

Enquanto recomendações de estudos futuros, aconselha-se a realização de uma análise qualitativa mais aprofundada para os itens excluídos durante o processo de construção do instrumento de mensuração das tipologias de coprodução. Sugere-se, ainda, a aplicação do instrumento em um grupo selecionado de cidadãos ou uma localidade específica. Acredita-se que estes estudos possam contribuir com ajustes necessários à escala apresentada.

Uma limitação da pesquisa consiste no fator tempo e nas amostras obtidas nas duas coletas de dados, tendo em vista que foram coletadas exclusivamente por meio eletrônico com o auxílio do *Google Forms* e do aplicativo de mensagens *Whatsapp*. Os respondentes não pertenciam necessariamente a um grupo ou área específica, foi aplicado a cidadãos aleatoriamente.

Portanto, não houve a pretensão de se esgotar o assunto ou apresentar uma resposta definitiva para o problema de pesquisa. Aqui, iniciou-se uma discussão, a qual cabe um maior aprofundamento de natureza qualitativa trazendo à tona os fatores históricos, econômicos, políticos, sociais e culturais que moldaram a sociedade brasileira ao longo dos anos. Isso contempla uma investigação que leve em consideração todo o contexto que foi determinante no processo de formação da cidadania nacional.

REFERÊNCIAS

- Age, L. M., & Schommer, P. C. (2017). Coprodução de serviço de vigilância sanitária: Certificação e classificação de restaurantes. *Revista de Administração Contemporânea*, 21(3), 413-434. <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2017170026>.
- Alford, J. (1998). A public management road less travelled: Clients as co-producers of public services. *Australian Journal of Public Administration*, 57, 128-137. <https://doi.org/10.1111/j.1467-8500.1998.tb01568.x>
- Alford, J. (2002). Why do public-sector clients coproduce? Toward a contingency theory. *Administration & Society*, 34(1), 32-56. <https://doi.org/10.1177/0095399702034001>
- Bezerra, J. C. V., Cavalcante, C. E., & Gouveia, A., Júnior. (2022). Motivação para coprodução do bem público: Proposta de uma escala. *Administração Pública e Gestão Social*, 14(1), 1-18. <https://doi.org/10.21118/apgs.v14i1.11607>
- Bovaird, T. (2007). Beyond Engagement and participation: User and community coproduction of public services. *Public Administration Review*, 67, 846-860. <https://doi.org/10.1111/j.1540-6210.2007.00773.x>
- Brandsen, T., & Honingh, M. (2016). Distinguishing different types of coproduction: A conceptual analysis based on the classical definitions. *Public Administration Review*, 76, 427-435. <https://doi.org/10.1111/puar.12465>
- Brandsen, T., & Pestoff, V. (2006). Co-production, the third sector and the delivery of public services. *Public Management Review*, 8(4), 493-501. <https://doi.org/10.1080/14719030601022874>
- Brudney, J. L., & England, R. E. (1983). Toward a definition of the coproduction concept. *Public Administration Review*, 43, 59-65. <https://doi.org/10.2307/975300>
- Chaebo, G., & Medeiros, J. (2017). Participação direta em coprodução é democrática? Controle vetorial da dengue em Campo Grande – MS. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, 22(71), 1-20. <https://doi.org/10.12660/cgpc.v22n71.61067>
- Cooper, T. L., & Kathi, P. C. (2005). Neighborhood councils and city agencies: A model of collaborative coproduction. *National Civic Review*, 94, 43-53. <https://doi.org/10.1002/ncr.82>
- Costa, F. J. (2011). *Mensuração e Desenvolvimento de Escalas*. Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna.
- Dos-Reis, M. C. A., & Isidro-Filho, A. (2019). Inovação em serviços e a coprodução no setor público federal brasileiro. *Administração Pública e Gestão Social*, 12(1). <https://doi.org/10.21118/apgs.v12i1.5481>
- Etgar, M. (2007). A descriptive model of the consumer coproduction process. *Journal of the Academy of Marketing Science*, 36, 97-108. <https://doi.org/10.1007/s11747-007-0061-1>
- Fornell, C., & Larcker, D. F. (1981). Evaluating structural equation models with unobservable variables and measurement error. *Journal of Marketing Research*, 18, 39-50. <https://doi.org/10.2307/3151312>
- Gouveia, A., Júnior, Bezerra, J. C. V., & Cavalcante, C. E. (2023). Tipologias de coprodução do bem público: Estado da arte e agenda de pesquisa. *Gestão & Regionalidade*, 39(116). <https://doi.org/10.13037/gr.vol39n116.7667>
- Hair, J. F., Black, W. C., Babin, B. J., Anderson, R. E., & Tatham, R. L. (2009). *Análise multivariada de dados*. (6a ed.). Porto Alegre: Bookman Editora.
- Hu, L.-t., & Bentler, P. M. (1998). Fit indices in covariance structure modeling: Sensitivity to underparameterized model misspecification. *Psychological Methods*, 3(4), 424-453. <https://doi.org/10.1037/1082-989X.3.4.424>

- Kline, R. B. (2004). *Principles and practice of structural equation modeling* (2nd ed.). New York: The Guilford Press.
- Lotta, G. S. (2017). *Redes e parcerias em políticas sociais: Novos arranjos institucionais de coprodução de serviços nos municípios brasileiros*. Brasília, DF: Enap.
- Marôco, J (2010). *Análise de equações estruturais: Fundamentos teóricos, software & aplicações*. Report number, Pêro Pinheiro.
- Nabatchi, T., Sancino, A., & Sicilia, M. (2017). Varieties of participation in public services: The who, when, and what of coproduction. *Public Admin. Rev.*, 77, 766-776. <https://doi.org/10.1111/puar.12765>
- Osborne, S. P., Radnor, Z., & Strokosch, K. (2016). Co-production and the co-creation of value in public services: a suitable case for treatment? *Public Management Review*, 18(5), 639-653. <https://doi.org/10.1080/14719037.2015.1111927>
- Ostrom, E. (1996). Crossing the great divide: Coproduction, synergy, and development. *World Development*, 24(6), 1073-1087. [https://doi.org/10.1016/0305-750X\(96\)00023-x](https://doi.org/10.1016/0305-750X(96)00023-x)
- Parks, R. B., Baker, P. C., Kiser, L., Oakerson, R., Ostrom, E., Ostrom, V., Percy, S. L., Vandivort, M. B., Whitaker, G. P., & Wilson, R. (1981). Consumers as coproducers of public services: Some economic and institutional considerations. *Policy Studies Journal*, 9, 1001-1011. <https://doi.org/10.1111/j.1541-0072.1981.tb01208.x>
- Pestoff, V. (2006). Citizens and co-production of welfare services. *Public Management Review*, 8(4), 503-519. <https://doi.org/10.1080/14719030601022882>
- Pestoff, V. (2012). Co-production and third sector social services in Europe – Some crucial conceptual issues. In V. Pestoff, T. Brandsen & B. Verschuere (Eds.), *New public governance, the third sector and co-production* (Chap.2). London: Routledge. <https://doi.org/10.1007/s11266-012-9308-7>
- Pestoff, V., Brandsen, T., & Verschuere, B. (Eds.). (2011). *New public governance, the third sector, and co-production* (1st ed.). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9780203152294>
- Salm, J. F. (2014). Coprodução de bens e serviços públicos. In: R. F. Boullosa (Org.). *Dicionário para a formação em gestão social* (pp. 42-44). Salvador: CIAGS/UFBA.
- Salm, J. F., & Menegasso, M. E. (2010). *Proposta de modelos para a coprodução do bem público a partir das tipologias de participação*. Anais do XXXIV Encontro Científico de Administração da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração - ANPAD. Rio de Janeiro, Brasil, 34.
- Schommer, P. C., Andion, C. M., Pinheiro, D. M., Spaniol, E. L., & Serafim, M. (2011). Coprodução e inovação social na esfera pública em debate no campo da gestão social. In P. C. Schommer & R. F. Boullosa (Orgs.), *Gestão social como caminho para a redefinição da esfera pública* (pp. 31-70). Florianópolis: Udesc Editora.
- Schommer, P. C., & Tavares, A. O. (2017). *Gestão social e coprodução de serviços públicos*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha/UANE/BID/STDS-CE.
- Steenkamp, J. B. E., & Van Trijp, H. (1991). The use of lisrel in validating marketing constructs. *International Journal of Research in Marketing*, 8, 283-299. [https://doi.org/10.1016/0167-8116\(91\)90027-5](https://doi.org/10.1016/0167-8116(91)90027-5)
- Strokosch, K. (2013). Co-production and innovation in public services: can co-production drive innovation? In S. P. Osborne & L. Brown (Eds.), *The Handbook of Innovation in Public Services* (pp. 375-389). Massachusetts, USA: Edward Elgar Publishing Limited. <https://doi.org/10.5902/1983465963947>
- Vanleene, D., Verschuere B., & Voets, J. (2015). *The democratic quality of coproduction: A theoretical review and initial research design*. Paper presented at the EGPA Conference, Toulouse, France.
- Verschuere, B., Brandsen, T., & Pestoff, V. (2012). Co-production: The state of the art in research and the future agenda. *Voluntas*, 23(4), 1083-1101. <https://doi.org/10.1007/s11266-012-9307-8>
- Whitaker, G. P. (1980). Coproduction: Citizen participation in service delivery. *Public Administration Rev.*, 40(3), 240-246. <https://doi.org/10.2307/975377>

CONTEXTUS

REVISTA CONTEMPORÂNEA DE ECONOMIA E GESTÃO.

ISSN 1678-2089

ISSNe 2178-9258

1. Economia, Administração e Contabilidade – Periódico
2. Universidade Federal do Ceará. FEAAC – Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade

FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA E CONTABILIDADE (FEAAC)

Av. da Universidade – 2486, Benfica
CEP 60020-180, Fortaleza-CE

DIRETORIA: Paulo Rogério Faustino Matos
Danielle Augusto Peres

Website: www.periodicos.ufc.br/contextus

E-mail: revistacontextus@ufc.br



EDITOR-CHEFE

Diego de Queiroz Machado (UFC)

EDITORES ADJUNTOS

Alane Siqueira Rocha (UFC)
Márcia Zabdiele Moreira (UFC)

EDITORES ASSOCIADOS

Adriana Rodrigues Silva (IPSantarém, Portugal)
Alessandra de Sá Mello da Costa (PUC-Rio)
Allysson Alex Araújo (UFC)
Andrew Beheregarai Finger (UFAL)
Armindo dos Santos de Sousa Teodósio (PUC-MG)
Brunno Fernandes da Silva Gaião (UEPB)
Carlos Enrique Carrasco Gutierrez (UCB)
Cláudio Bezerra Leopoldino (UFC)
Dalton Chaves Vilela Júnior (UFAM)
Elionor Farah Jreige Weffort (FECAP)
Ellen Campos Sousa (Gardner-Webb, EUA)
Gabriel Moreira Campos (UFES)
Guilherme Jonas Costa da Silva (UFU)
Henrique César Muzzio de Paiva Barroso (UFPE)
Jorge de Souza Bispo (UFBA)
Keysa Manuela Cunha de Mascena (UNIFOR)
Manuel Anibal Silva Portugal Vasconcelos Ferreira (UNINOVE)
Marcos Cohen (PUC-Rio)
Marcos Ferreira Santos (La Sabana, Colômbia)
Mariluce Paes-de-Souza (UNIR)
Minelle Enéas da Silva (La Rochelle, França)
Pedro Jácome de Moura Jr. (UFPB)
Rafael Fernandes de Mesquita (IFPI)
Rosimeire Pimentel (UFES)
Sonia Maria da Silva Gomes (UFBA)
Susana Jorge (UC, Portugal)
Thiago Henrique Moreira Goes (UFPR)

CONSELHO EDITORIAL

Ana Sílvia Rocha Ipiranga (UECE)
Conceição de Maria Pinheiro Barros (UFC)
Danielle Augusto Peres (UFC)
Diego de Queiroz Machado (UFC)
Editinete André da Rocha Garcia (UFC)
Emerson Luís Lemos Marinho (UFC)
Eveline Barbosa Silva Carvalho (UFC)
Fátima Regina Ney Matos (ISMT)
Mario Henrique Ogasavara (ESPM)
Paulo Rogério Faustino Matos (UFC)
Rodrigo Bandeira-de-Mello (FGV-EAESP)
Vasco Almeida (ISMT)

CORPO EDITORIAL CIENTÍFICO

Alexandre Reis Graeml (UTFPR)
Augusto Cezar de Aquino Cabral (UFC)
Denise Del Pra Netto Machado (FURB)
Ednilson Bernardes (Georgia Southern University)
Ely Laureano Paiva (FGV-EAESP)
Eugenio Ávila Pedrozo (UFRGS)
Francisco José da Costa (UFPB)
Isak Kruglianskas (FEA-USP)
José Antônio Puppim de Oliveira (UCL)
José Carlos Barbieri (FGV-EAESP)
José Carlos Lázaro da Silva Filho (UFC)
José Célio de Andrade (UFBA)
Luciana Marques Vieira (UNISINOS)
Luciano Barin-Cruz (HEC Montréal)
Luis Carlos Di Serio (FGV-EAESP)
Marcelle Colares Oliveira (UFC)
Maria Ceci Araujo Misoczky (UFRGS)
Mônica Cavalcanti Sá Abreu (UFC)
Mozar José de Brito (UFL)
Renata Giovinzio Spers (FEA-USP)
Sandra Maria dos Santos (UFC)
Walter Bataglia (MACKENZIE)



A Contextus está classificada no sistema Qualis – Capes como periódico B1, na área de Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo (2013-2016).



A Contextus está de acordo e assina a Declaração de São Francisco sobre a Avaliação de Pesquisas (DORA).



A Contextus é associada à Associação Brasileira de Editores Científicos (ABEC).



Esta obra está licenciada com uma licença Creative Commons Atribuição – Não Comercial 4.0 Internacional.